

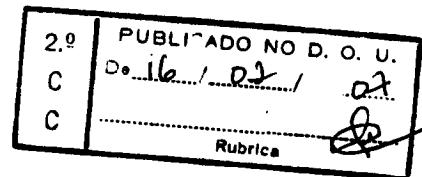


**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**  
**SEGUNDA CÂMARA**

---

<b>Processo nº</b>	10120.001925/2004-05
<b>Recurso nº</b>	132.146 Voluntário
<b>Matéria</b>	Cofins falta de recolhimento
<b>Acórdão nº</b>	202-17.299
<b>Sessão de</b>	24 de agosto de 2006
<b>Recorrente</b>	Comércio de Carnes T-63 Ltda
<b>Recorrida</b>	DRJ em Brasília - DF

---



Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

Período de apuração: 30/11/2000 a 31/12/2003

Ementa: NULIDADES.

Inocorre cerceamento de defesa quando a Fiscalização comprova de forma cabal a origem e a forma de cálculo dos valores lançados.

**Recurso negado.**

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Segundo Conselho de Contribuintes**  
**CONFERE COM O ORIGINAL**  
Brasília-DF, em 13/10/2006  
  
**Cléuza Takafuji**  
*Secretária da Segunda Câmara*

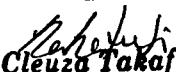
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por COMÉRCIO DE CARNES T-63 LTDA.

ACORDAM os Membros da SEGUNDA CÂMARA do SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

**ANTONIO CARLOS ATULIM**  
**Presidente e Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Maria Cristina Roza da Costa, Gustavo Kelly Alencar, Nadja Rodrigues Romero, Ivan Allegretti (Suplente), Antonio Zomer, Simone Dias Musa (Suplente) e Maria Teresa Martínez López.

## Relatório

  
Cleuza Takafuji  
Secretária da Segunda Câmara

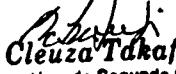
Trata-se de auto de infração lavrado em 30/03/2004 para exigir o crédito tributário de R\$ 670.840,52, em razão da falta de recolhimento da Cofins, detectada nas verificações obrigatórias.

A 2ª Turma da DRJ em Brasília - DF, por meio do Acórdão nº 10.394, de 23/07/2004, manteve o lançamento.

Regularmente notificado daquele Acórdão em 08/10/2004 (fl. 191), o sujeito passivo interpôs recurso voluntário de fls. 192/196, em 01/11/2004 (fl. 205), instruído com os documentos de fls. 197/205. O arrolamento de bens constou às fls. 210/211. Alegou, em síntese, a nulidade do lançamento, por cerceamento do direito de defesa, uma vez que a Fiscalização não demonstrou de forma detalhada a apuração.

É o relatório.

**Voto**

  
Cleuza Takafuji  
Secretaria de Segunda Câmara

Conselheiro ANTONIO CARLOS ATULIM, Relator

O recurso preenche os requisitos formais de admissibilidade e, portanto, dele tomo conhecimento.

Alegou a recorrente que a Fiscalização efetuou o lançamento por presunção, pois não demonstrou de forma detalhada a composição da base de cálculo da contribuição, acarretando cerceamento do direito de defesa.

Acontece que na fl. 04 consta a intimação, onde o Fisco relacionou os documentos fiscais objeto da auditoria.

Às fls. 08/40 constam as declarações prestadas pela recorrente à Secretaria da Receita Federal.

Às fls. 46 a 132 constam os livros de Registro e Apuração do ICMS, de onde a Fiscalização retirou os valores do faturamento mensal, que é a base de cálculo da contribuição.

Nos demonstrativos de fls. 133 a 136 a Fiscalização relacionou as receitas retiradas do livro de Registro e Apuração do ICMS. Saliente-se que não foram encontradas outras receitas e, portanto, a declaração de constitucionalidade do art. 3º, § 1º, da Lei nº 9.718/99, não tem nenhuma influência sobre os valores ora lançados.

Nos demonstrativos de fls. 137 a 140 a Fiscalização apurou os débitos da recorrente.

Nos demonstrativos de fls. 141 a 142 a Fiscalização apurou os créditos da recorrente (pagamentos realizados).

Nos demonstrativos de fls. 145 a 147 a Fiscalização confrontou os débitos e os créditos da recorrente e calculou a diferença a recolher.

Na descrição dos fatos este procedimento foi explicado de forma didática pela Fiscalização, de modo que qualquer pessoa que conheça as operações fundamentais da aritmética consegue entender de onde saíram os valores e como foram feitas as contas.

Portanto, estando o procedimento instruído com os elementos retirados da contabilidade da contribuinte, não há que se falar em lançamento por presunção, sendo totalmente improcedente a alegação de cerceamento do direito de defesa.

Em face do exposto, voto no sentido de negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 2006

  
ANTONIO CARLOS ATULIM